



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

ÓRGÃO : Polícia Civil / Delegacia Geral da Polícia Civil (dgpc)
INTERESSADO : Polícia Civil do Estado de Goiás - Pc-go
ASSUNTO : 102-01-PRESTAÇÃO DE CONTAS-ANUAL
RELATOR : CELMAR RECH
AUDITOR : CLÁUDIO ANDRÉ ABREU COSTA
PROCURADOR : MAÍSA DE CASTRO SOUSA

ACORDÃO

Ementa: Prestação de Contas Anual. Regular com Ressalvas. Quitação. Determinação. Arquivamento.

Com os fundamentos expostos nestes autos processuais de nº **202000047002702/102-01**, que tratam da Prestação de Contas Anual da Delegacia-Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás - DGPC, Unidade Orçamentária 2904, referente ao exercício de 2019, sob a gestão do Senhor Odair José Soares, encaminhada a esta Corte, em atenção à Resolução Normativa TCE nº 5/2018, para fins de apreciação e julgamento, tendo o relatório e o voto como partes integrantes deste,

ACORDA

o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, pelos integrantes do seu Tribunal Pleno, ante as razões expostas pelo Relator, em:

I. Julgar Regulares com Ressalvas as contas tratadas no presente processo, referente ao exercício de 2019, do então Delegado-Geral da Polícia Civil, Sr. Odair José Soares, CPF nº 184.739.112-53, com fundamento no artigo 73, da Lei 16.168/07 – LOTCE/GO, por se tratar de impropriedades/faltas que, a princípio, não resultaram em danos ao erário e, em cumprimento ao disposto no § 1º desse artigo,

- a) Ausência da realização e registro dos procedimentos de mensuração dos bens móveis (item 2.8.1.3.2. Mensuração – Bens Móveis).

II) expedir quitação ao Senhor Odair José Soares, CPF nº 184.739.112-53, com fundamento no artigo 73, da Lei 16.168/07 – LOTCE/GO,

III) Dê ciência aos responsáveis pela DGPC, com vistas à adoção de providências internas que sanem e previnam a ocorrência de outras semelhantes, sobre as impropriedades/falhas destacadas na gestão patrimonial (item 2.8.1.3. Ativo Imobilizado):

- a) não realização e respectivo registro do processo de mensuração (reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e a exaustão) dos bens móveis;
b) registro de bens imóveis na DGPC.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

V) Advirta a DGPC e o Sr. Odair José Soares que, para fins de controle de reincidência de irregularidades e impropriedades, as decisões do Tribunal de Contas vinculam à unidade jurisdicionada, a qualquer tempo, bem como o gestor responsável, mesmo que haja o rompimento do vínculo funcional originário ou a alteração da pasta de atuação;

VI) Destaque no acórdão de julgamento os demais processos em andamento neste Tribunal, com vistas a dar efetividade às ressalvas do art. 71 da LOTCE-GO, bem como a possibilidade de reabertura das contas, conforme previsto no art. 129 da mesma lei.

À Gerência de Comunicação e Controle para suas anotações, publicação, demais atribuições, e devolução dos autos à origem.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia aos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Processo nº 202000047002702

Assinado por EDSON JOSÉ FERRARI
Data: 13/05/2022 09:16
Função: Presidente assinante



Assinado por CELMAR RECH
Data: 13/05/2022 09:16
Função: Relator assinante



Assinado por SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
Data: 10/05/2022 17:13
Função: Conselheiro assinante



Assinado por CARLA CINTIA SANTILLO
Data: 10/05/2022 13:03
Função: Conselheira assinante



Assinado por KENNEDY DE SOUSA TRINDADE
Data: 12/05/2022 12:32
Função: Conselheiro assinante



Assinado por SAULO MARQUES MESQUITA
Data: 09/05/2022 14:01
Função: Conselheiro assinante



Assinado por HELDER VALIN BARBOSA
Data: 11/05/2022 05:36
Função: Conselheiro assinante



Assinado por FERNANDO DOS SANTOS CARNEIRO
Data: 10/05/2022 06:30
Função: Procurador assinante

